

SICOOB CENTRO-SUL

Relatório Anual 2022



SUMÁRIO

6

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

53

RELATÓRIO DA
AUDITORIA
INDEPENDENTE

74

9º ENCONTRO
GOIANO DE
MULHERES COOP

7

CENTRAL DE
RELACIONAMENTO

56

PARECER DO
CONSELHO FISCAL

75

COOPERAR PARA
TRANSFORMAR

10

SAUDAÇÕES

58

DESTAQUES/AÇÕES
NA COMUNIDADE

77

CAPITALIZE
E GANHE

11

RESULTADOS/
GRANDES NÚMEROS

59

RECEBIMENTO
DE HONRARIAS

83

ENTIDADES
BENEFICIADAS

16

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

60

EVENTOS

87

INFORMATIVO
SICOOB
CENTRO-SUL

22

NOTAS
EXPLICATIVAS

68

COMEMORAÇÕES
33 ANOS CENTRO-SUL

89

MENSAGEM
FINAL



RELATÓRIO 2022

EXPEDIENTE

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda

Fundação: 10/11/1989

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lister Borges Cruvinel
Presidente

Biramar Nunes de Lima
Vice-Presidente

CONSELHEIROS

Edivano Santos Ferreira
Sérgio Mendonça de Melo
Fernando José de Melo
Rogério Reis Ferreira de Oliveira
Tiago Dias Souza

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:

Cláudia Frankia Borges
Alancardek Antônio de Azevedo
Josemar Lopes de Sousa

Suplentes:

Edimar Garcia da Silva
Leonardo Faleiro da Silva Mendonça
Renan Cândido de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo:

Halison Batista de Carvalho

Diretora de Negócios:

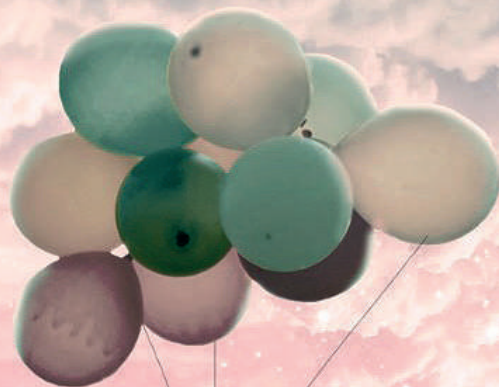
Karla Aparecida Fernandes Peixoto

Assessoria de Comunicação e Marketing Sicoob Centro-Sul:

Adda Émily Lima - Jornalista | Bruno Perotto - Assistente de marketing
Diagramação - ASCOM Sicoob Nova Central



Vem pro Sicoob Centro-Sul



***A gente acredita que
nunca é tarde
pra sonhar.***

 **SICOOB**
Centro-Sul

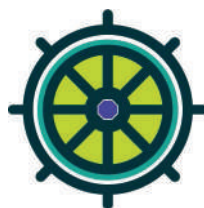
PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.



VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
- Ética e Integridade;
- Excelência e Eficiência;
- Liderança Inspiradora;
- Inovação e Simplicidade.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Cooperados e cooperadas,

Encerramos mais um ano com união, comprometimento e trabalho! A trajetória do Sicoob Centro-Sul é marcada pela realização de ações em prol do desenvolvimento dos associados, comunidades e dos 10 municípios do estado de Goiás onde temos atuação.

Como integrantes do cooperativismo, somos movidos pelo propósito de construir juntos uma sociedade mais próspera e fazemos isso trabalhando de um jeito simples, próximo e ativo, levando soluções financeiras inteligentes e sustentáveis para nossos associados.

Ressaltamos ainda a dedicação dos membros do

Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, sempre trabalhando com sinergia e perseverança, em busca dos melhores resultados e negócios para os nossos cooperados.

Os números que serão apresentados a seguir comprovam que estamos no caminho certo. E continuaremos dessa forma, administrando com os pés no chão e os olhos no futuro, respeitando nossos valores e mantendo sempre as pessoas no centro das nossas ações.

Agradecemos a Deus que nos permitiu estarmos todos aqui neste momento e a confiança de nossos cooperados e de nossas famílias!

***De centro a sul, o nosso agradecimento a quem
acredita na cooperação. Um grande abraço a todos!***

Lister Borges Cruvinel

A partir de
2023



Está chegando a
**Central de Relacionamento
do Sicoob Centro-Sul!**



Central de Relacionamento com o associado

O Sicoob Centro-Sul mantém uma linha aberta de comunicação com os cooperados. Todos podem entrar em contato via telefone **(64) 3416-9000**, dialogar, enviar críticas, tirar dúvidas e encaminhar sugestões por e-mail:

sicoobcentrosul@sicoobcentrosul.com.br.

Canais de comunicação oficiais:



www.sicoobcentrosul.com.br



@sicoobcentrosul



@centrosulsicoob

Unidades de atendimento:



PA MORRINHOS

Fundação: 10/11/1989

Rua Pará, 400, Centro,
Morrinhos – GO. CEP: 75650-000.



PA ÁGUA LIMPA

Fundação: 04/04/2007

Praça da Matriz, Setor Central,
Água Limpa – GO. CEP: 75.670-000.



PA PONTALINA

Fundação: 19/02/2008

Av. Azarias Jorge, sala 02 e 03 n° 1216,
Centro, Pontalina – GO. CEP: 75.620-000.



PA CALDAS NOVAS

Fundação: 19/01/2010

Av Barão do Rio Branco, sala 02, 480, Centro,
Caldas Novas – GO. CEP: 75.680-000.



PA BURITI ALEGRE

Fundação: 12/11/2010

Av. Irapuan Costa Júnior, Setor Central,
Buriti Alegre – GO. CEP: 75.715-000.



PA CORUMBAÍBA

Fundação: 21/12/2011

Av Barão do Rio Branco, sala 02, 480,
Centro, Corumbáiba – GO. CEP: 75.680-000.



PA EDEALINA

Fundação: 26/11/2013

Rua 21 Qd.40 Lt.13/14, Centro,
Edealina – GO. CEP: 75.945-000.



PA MARZAGÃO

Fundação: 12/11/2018

Av Orcalino Santos, Setor Central,
Marzagão – GO. CEP: 75.670-000.



PA RIO QUENTE

Fundação: 21/11/2019

Av. da Fauna com AL dos Sanhaço, Lot.
Fauna I, Rio Quente – GO. CEP: 75.667-000.



PA OUVIDOR

Fundação: 19/02/2020

Av. Irapuan Costa Junior, Setor Central,
Ouvidor – GO. CEP: 75.715-000.



UAD - Unidade Administrativa Desmembrada

Fundação: 04/06/2021

Rua Pará, 879, Centro, Morrinhos – GO.
CEP: 75650-000.

RESULTADOS/ GRANDES NÚMEROS



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
DO CENTRO-SUL GOIANO LTDA**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Bem-vindos(as),
cooperados(as) e comunidade.**

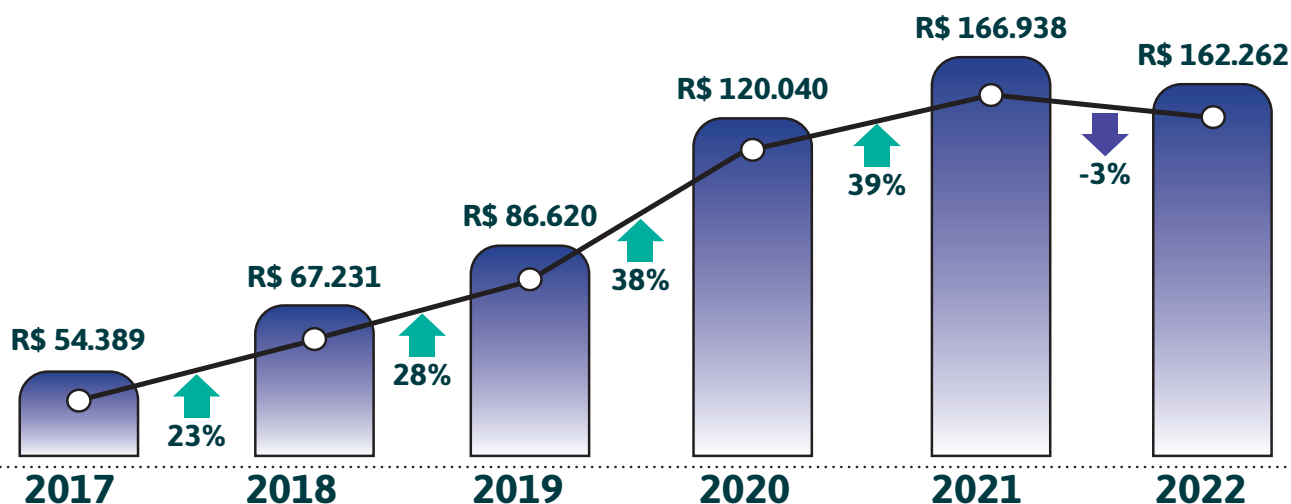
Seguindo os princípios do cooperativismo e prezando pelos valores da transparência e publicidade, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do **SICOOB CENTRO-SUL**.

Aqui, será possível conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados alcançados no período informado. Em seguida, confira o conteúdo.

Boa leitura!

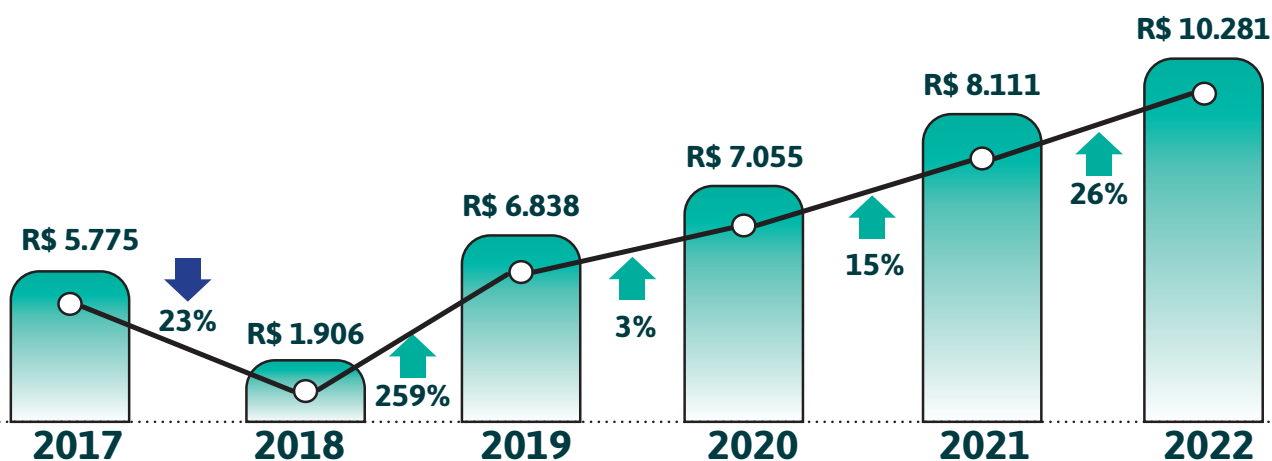
CARTEIRA DE CRÉDITO

MILHÕES R\$



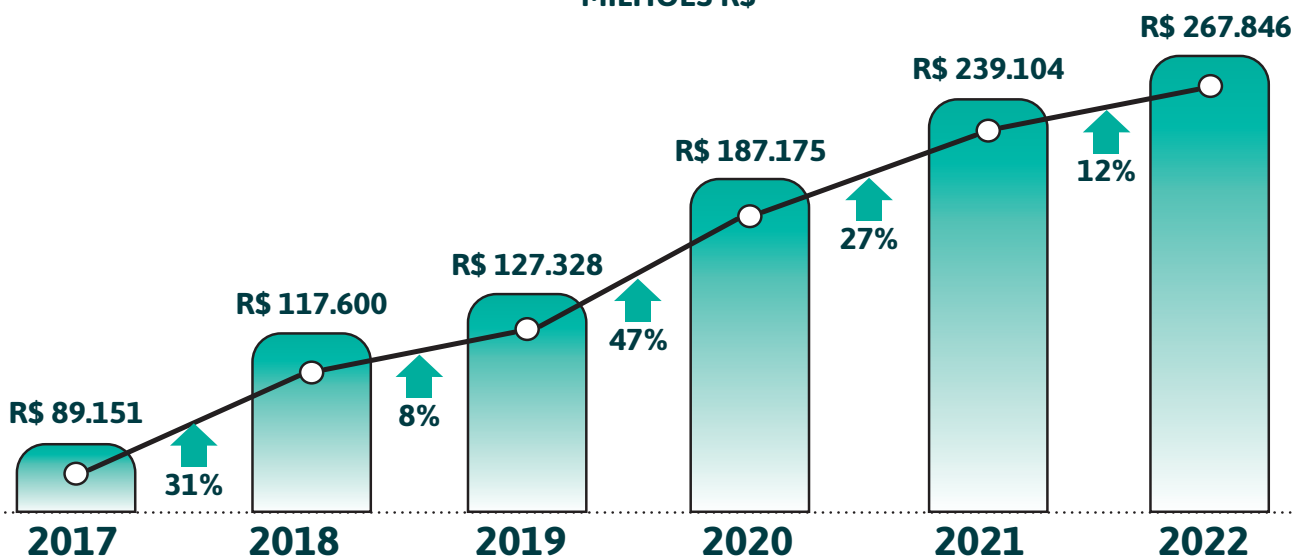
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MILHÕES R\$



ATIVOS TOTAIS

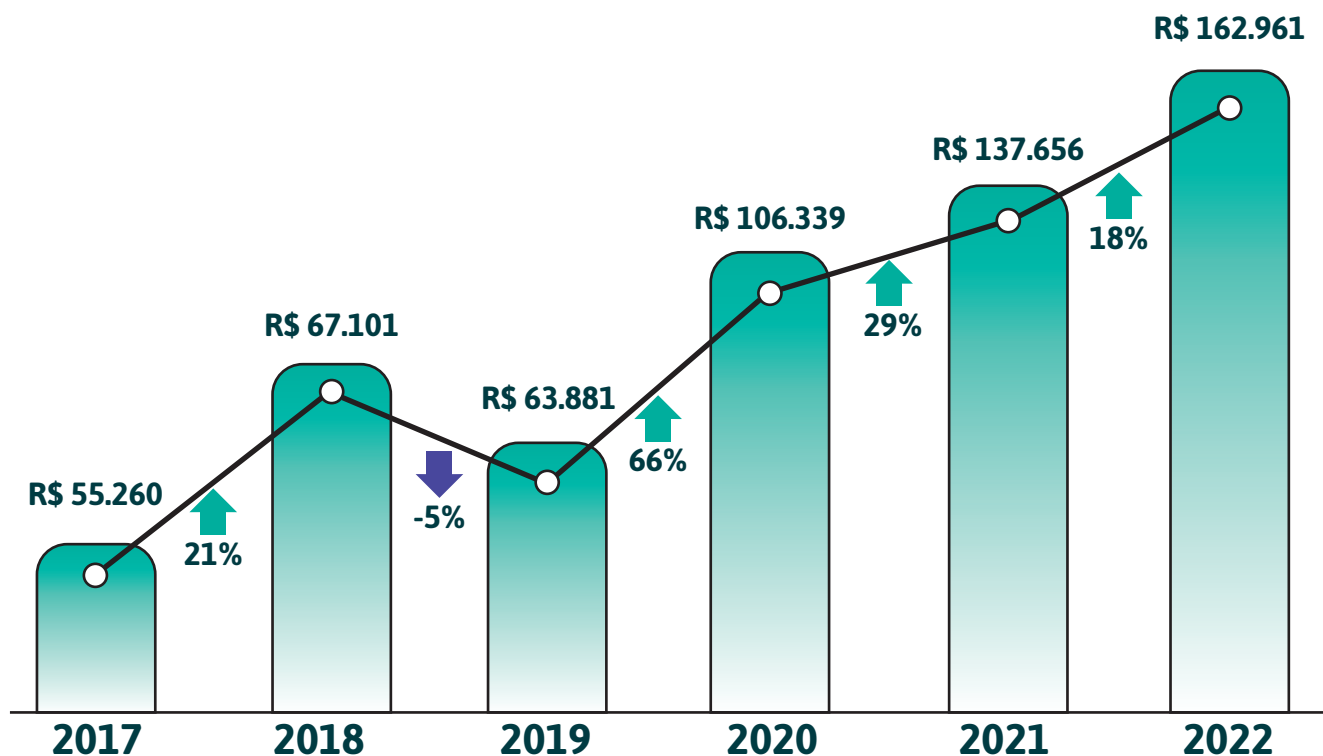
MILHÕES R\$





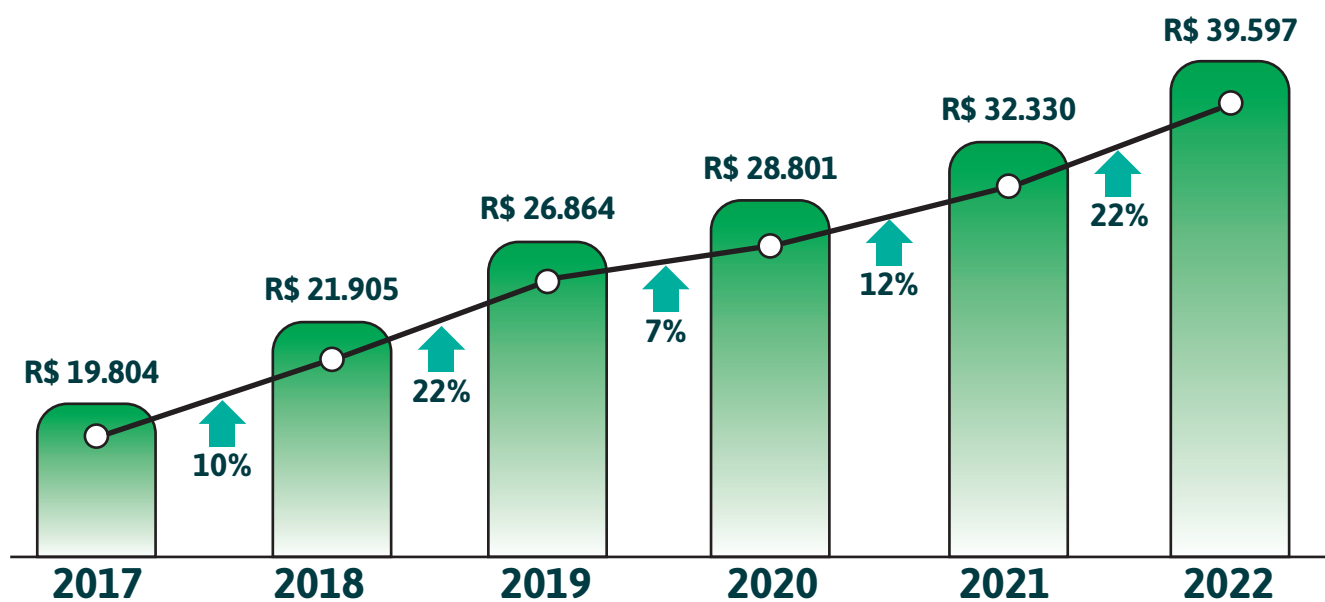
DEPÓSITOS TOTAIS

MILHÕES R\$



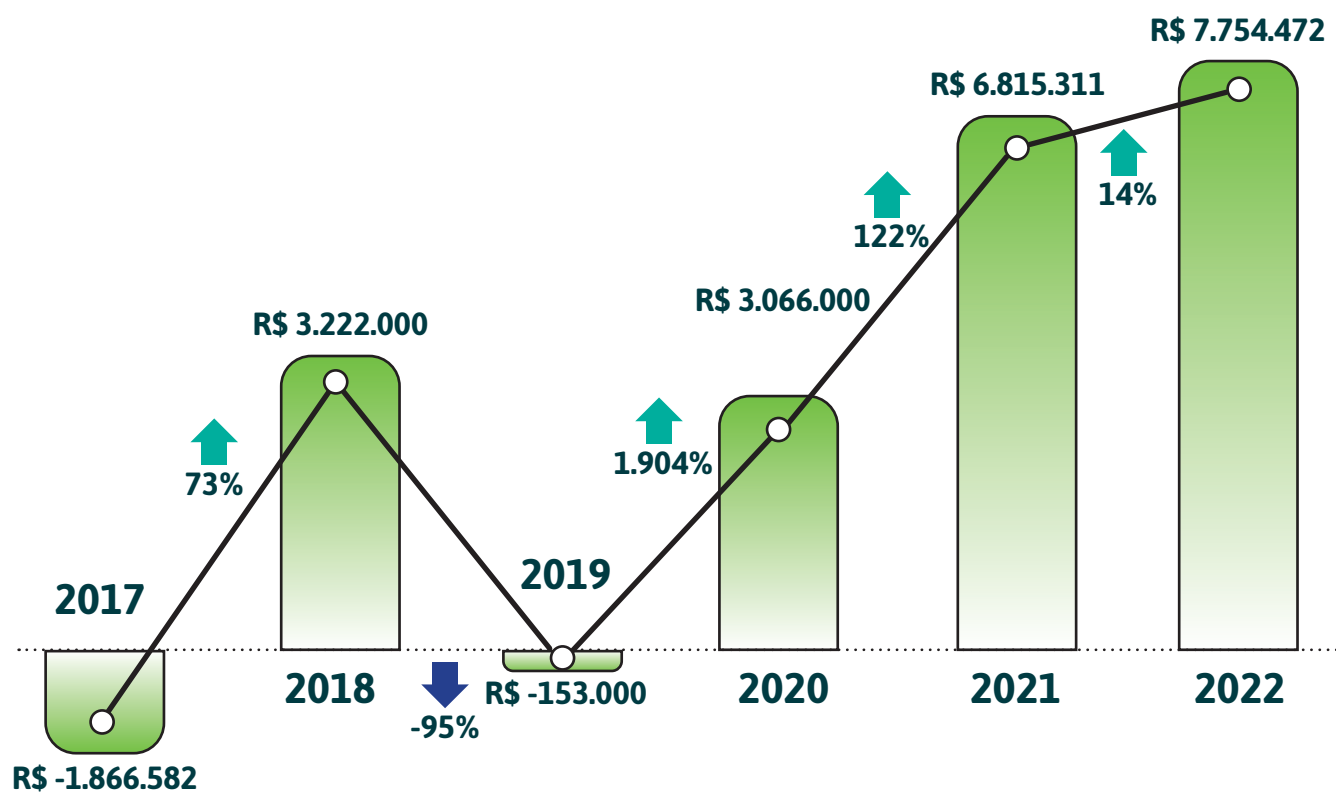
CAPITAL SOCIAL

MILHÕES R\$

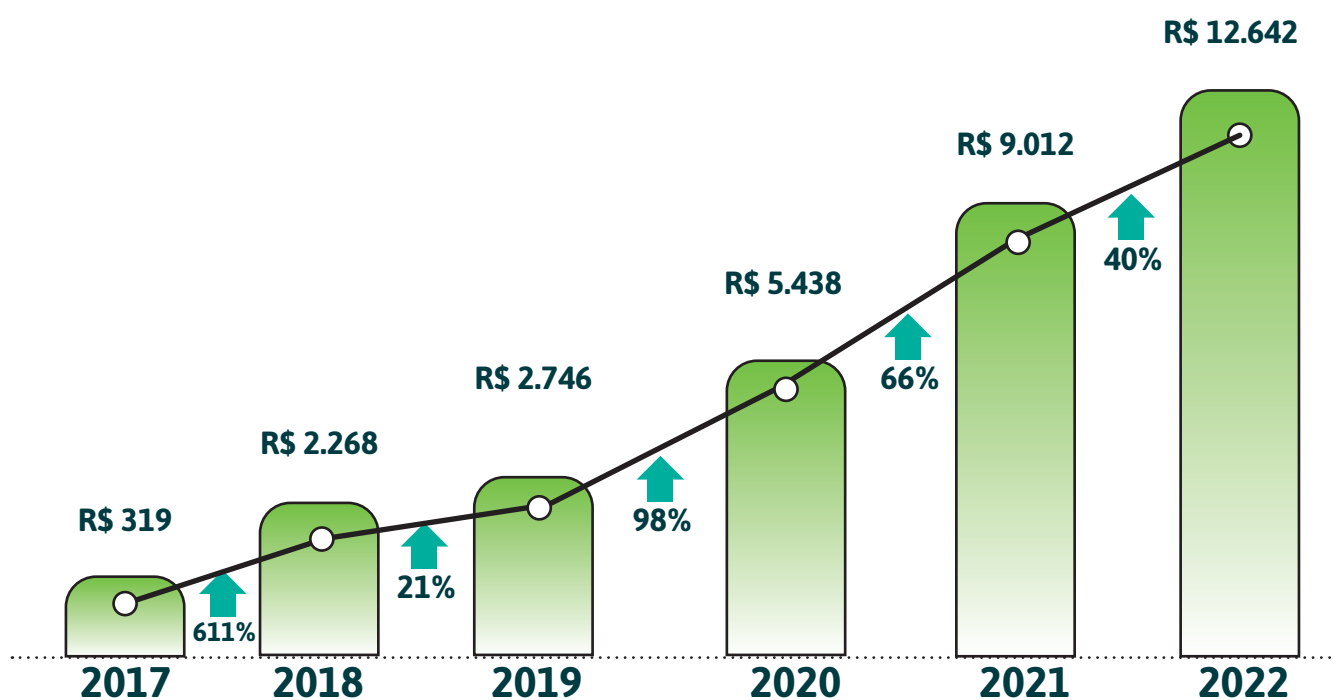


RESULTADOS

(ANTES DAS DESTINAÇÕES)



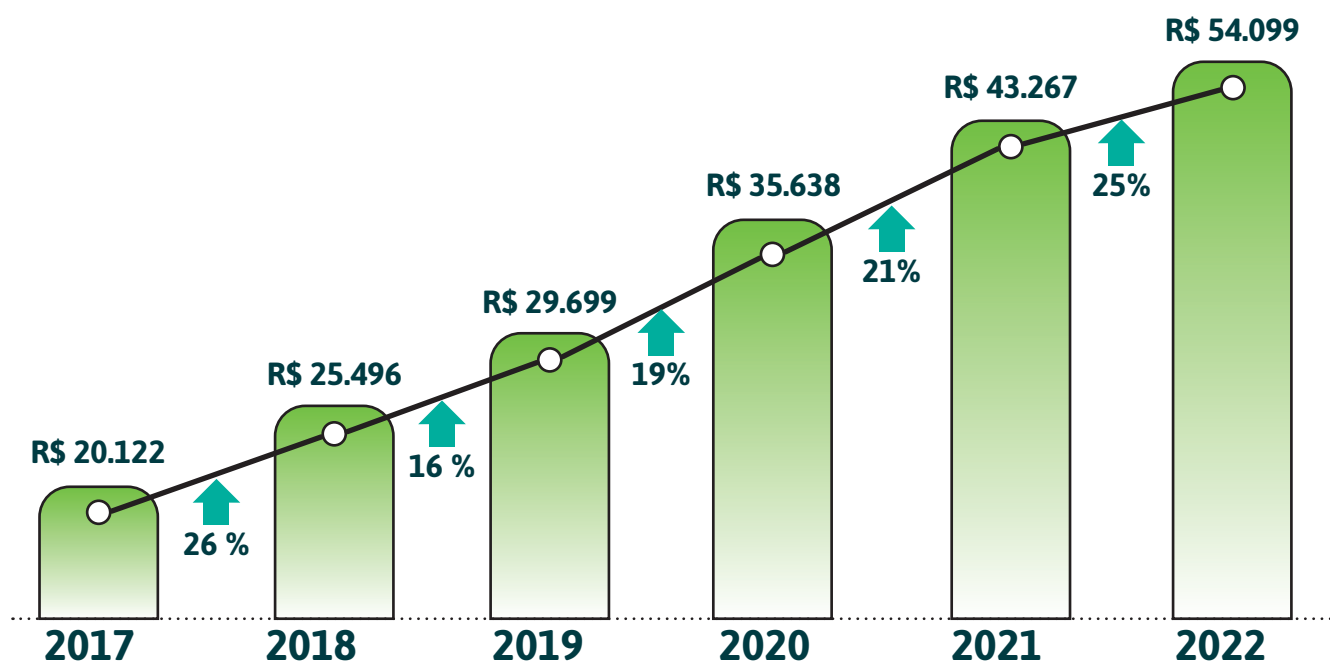
FUNDO DE RESERVA



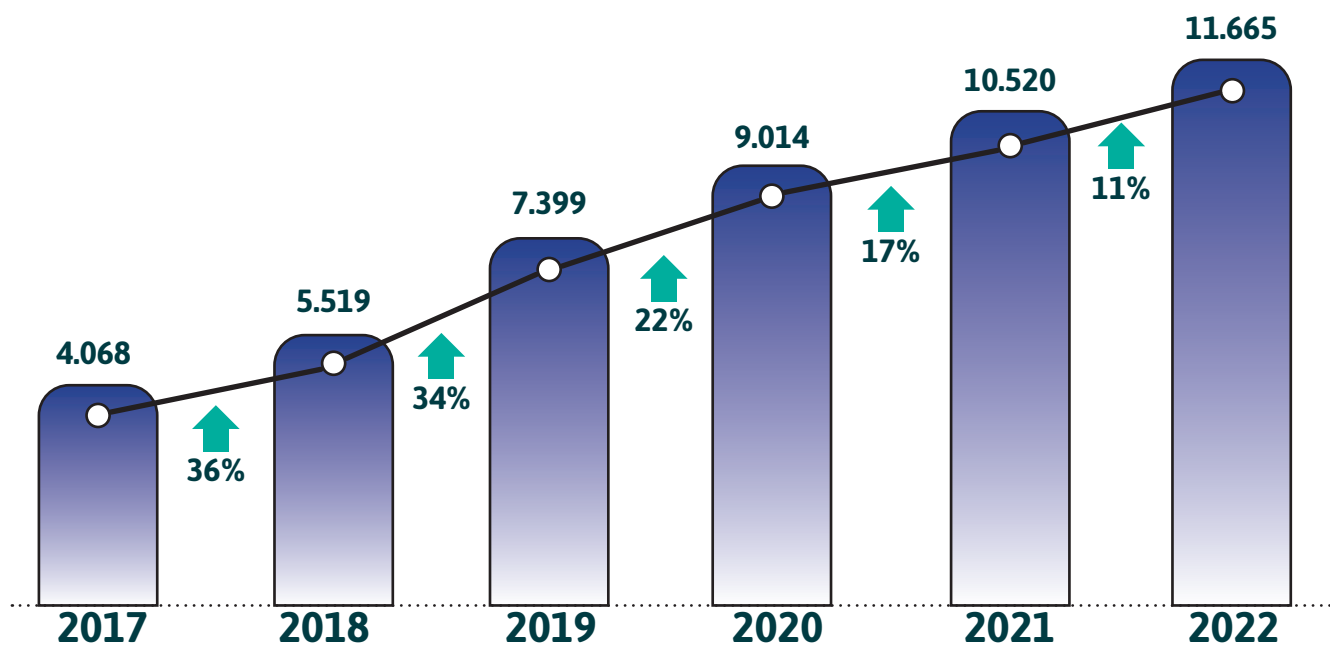


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MILHÕES R\$



NÚMERO DE COOPERADOS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VALORES EM REAIS (R\$)



BALANÇO PATRIMONIAL

VALORES EM REAIS (R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		267.846.621,02	239.104.753,62
DISPONIBILIDADES	4	2.701.848,23	4.254.493,87
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		266.404.973,75	225.598.162,44
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.859.658,84	-
Relações Interfinanceiras	4	89.845.924,85	56.217.427,75
Centralização Financeira		89.845.924,85	56.217.427,75
Operações de Crédito	6.a	162.262.295,80	166.938.483,42
Outros Ativos Financeiros	7	3.437.094,26	2.442.251,27
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(10.988.076,99)	(8.603.155,40)
(-) Operações de Crédito	6.e	(10.281.864,03)	(8.111.773,78)
(-) Outras	7.1.b	(706.212,96)	(491.381,62)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	678.756,48	340.127,20
OUTROS ATIVOS	9	4.356.904,23	4.415.378,38
INVESTIMENTOS	10	187.964,00	9.135.901,93
IMOBILIZADO DE USO	11	7.660.792,31	4.947.712,71
INTANGÍVEL	12	1.490.270,49	2.692.575,81
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(4.646.811,48)	(3.676.443,32)
TOTAL DO ATIVO		267.846.621,02	239.104.753,62
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.846.621,02	239.104.753,62
DEPÓSITOS		138.775.853,20	129.598.190,14
Depósitos à Vista	13	74.666.324,34	65.859.560,47
Depósitos a Prazo	13	64.109.528,86	63.738.629,67
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		69.697.479,50	61.413.631,69
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	23.902.175,91	8.058.314,66
Relações Interfinanceiras	15.a	36.503.984,66	38.008.535,77
Repasse Interfinanceiros		36.503.984,66	38.008.535,77
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	3.450.736,29	3.634.386,21
Outros Passivos Financeiros	16	5.840.582,64	11.712.395,05
PROVISÕES	17	1.279.284,10	644.373,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	505.350,86	390.235,07
OUTROS PASSIVOS	19	3.673.641,96	3.997.099,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.915.011,40	43.061.224,52
CAPITAL SOCIAL	20.a	39.597.866,77	32.330.206,87
RESERVAS DE SOBRAS	20.b/c	13.758.767,57	10.112.289,08
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d	558.377,06	618.728,57
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.846.621,02	239.104.753,62

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

VALORES EM REAIS (R\$)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.721.999,09	38.855.686,39	24.682.947,24
Operações de Crédito	21	14.902.477,39	29.025.505,96	22.134.543,87
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	5.819.521,70	9.830.180,43	2.548.403,37
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(11.280.927,81)	(20.076.596,25)	(9.250.775,50)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(5.738.103,95)	(9.854.518,70)	(3.020.525,15)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(1.257.091,40)	(2.493.043,93)	(1.849.220,77)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.285.732,46)	(7.729.033,62)	(4.381.029,58)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.441.071,28	18.779.090,14	15.432.171,74
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.979.024,80)	(10.931.188,85)	(8.382.104,66)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	2.465.180,89	4.911.951,44	4.757.351,40
Rendas de Tarifas	24	1.145.146,10	2.246.764,48	2.419.288,24
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(5.033.466,58)	(9.599.789,55)	(8.061.999,94)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(5.816.266,27)	(11.008.370,05)	(9.193.554,22)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(213.100,80)	(407.982,46)	(389.054,88)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	1.986.971,16	3.723.047,89	2.504.945,84
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(513.489,30)	(796.810,60)	(419.081,10)
PROVISÕES		(248.067,18)	(328.705,74)	(160.711,83)
Provisões/Reversões para Contingências	17.b	10.000,00	10.000,00	82.254,42
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	30	(258.067,18)	(338.705,74)	(242.966,25)
RESULTADO OPERACIONAL		3.213.979,30	7.519.195,55	6.889.355,25
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	233.179,54	235.276,80	30.067,89
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.447.158,84	7.754.472,35	6.919.423,14
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		122.652,32	-	(104.111,92)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		78.787,24	-	(50.951,80)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		43.865,08	-	(53.160,12)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.569.811,16	7.754.472,35	6.815.311,22
JUROS AO CAPITAL	20.e	(2.472.280,84)	(2.472.280,84)	(1.316.678,44)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.097.530,32	5.282.191,51	5.498.632,78

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

VALORES EM REAIS (R\$)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.569.811,16	7.754.472,35	6.815.311,22
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.569.811,16	7.754.472,35	6.815.311,22

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

VALORES EM REAIS (R\$)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.447.158,84	7.754.472,35	6.919.423,14
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(682.076,06)	(682.076,06)	(216.437,32)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(596.366,79)	(414.766,82)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.285.732,46	7.729.033,62	4.381.029,58
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		258.067,18	338.705,74	242.966,25
Provisões/Reversões Não Operacionais		(204.996,53)	(204.996,53)	-
Provisões/Reversões para Contingências		(10.000,00)	(10.000,00)	(82.254,42)
Depreciações e Amortizações		500.852,92	970.368,16	1.014.598,65
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		7.594.738,81	15.299.140,49	11.844.559,06
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(1.135.387,84)	(1.731.756,91)	-
Operações de Crédito		(4.810.760,71)	86.573,79	(49.616.933,07)
Outros Ativos Financeiros		(518.897,77)	(1.749.341,19)	(2.046.643,57)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(338.629,28)	(338.629,28)	(340.127,20)
Outros Ativos		76.367,79	263.470,68	597.506,23
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		(6.393.436,16)	8.806.763,87	7.821.679,12
Depósitos a Prazo		(14.368.728,15)	370.899,19	15.436.593,04
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		7.721.951,13	15.843.861,25	3.411.333,54
Relações Interfinanceiras		2.304.402,90	(1.504.551,11)	10.327.335,87
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(857.063,61)	(183.649,92)	(1.006.619,58)
Outros Passivos Financeiros		5.732.917,97	(5.871.812,41)	6.845.548,03
Provisões		16.567,83	306.205,26	10.000,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		177.908,45	115.115,79	62.875,55
Outros Passivos		(3.570.446,83)	(2.795.737,98)	2.095,53
FATES - Atos Cooperativos		(279.188,53)	(279.188,53)	(274.931,64)
Imposto de Renda Pago		60.719,39	-	(102.521,83)
Contribuição Social Pago		31.065,38	-	(88.115,65)

CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.555.899,23)	26.637.362,99	2.883.633,43
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	380.538,69	83.217,07
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	215.828,10	331.549,75
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		682.076,06	682.076,06	216.437,32
Aquisição de Intangível		-	907.193,70	(1.156.667,80)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.061.939,73)	(2.417.967,98)	(181.065,72)
Aquisição de Investimentos		(179.964,00)	(179.964,00)	(1.274.603,89)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(559.827,67)	(412.295,43)	(1.981.133,27)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.024.167,23	4.839.215,88	3.103.959,55
Devolução de Capital à Cooperados		(566.455,48)	(1.659.683,17)	(2.045.673,88)
Estorno de Capital		(100,00)	(100,00)	(453,28)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(12.806,01)	(9.074,24)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.382.578,07	2.382.578,07	1.286.808,28
Reversão/Realização de Fundos		301.579,13	301.579,13	68.865,30
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.141.768,95	5.850.783,90	2.404.431,73
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.973.957,95)	32.075.851,46	3.306.931,89
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		97.521.731,03	60.471.921,62	57.164.989,73
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	92.547.773,08	92.547.773,08	60.471.921,62
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.973.957,95)	32.075.851,46	3.306.931,89

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

VALORES EM REAIS (R\$)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		29.676.793,16	(875.456,31)	5.438.451,21	819.082,30	374.221,29	35.433.091,65
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		1.184.229,35	-	-	(819.082,30)	(374.221,29)	(9.074,24)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		3.835.346,50	(731.386,95)	-	-	-	3.103.959,55
Por Devolução (-)		(2.045.673,88)	-	-	-	-	(2.045.673,88)
Estorno de Capital		(453,28)	-	-	-	-	(453,28)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	68.865,30	68.865,30



Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	6.815.311,22	6.815.311,22
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(1.316.678,44)	(1.316.678,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.286.808,28	-	-	-	-	1.286.808,28
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	3.574.111,31	-	(3.574.111,31)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	1.099.726,56	(1.099.726,56)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(274.931,64)	(274.931,64)
SalDOS em 31/12/2021		33.937.050,13	(1.606.843,26)	9.012.562,52	1.099.726,56	618.728,57	43.061.224,52
SalDOS em 31/12/2021		33.937.050,13	(1.606.843,26)	9.012.562,52	1.099.726,56	618.728,57	43.061.224,52
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	20.d	1.705.649,12	-	-	(1.099.726,56)	(618.728,57)	(12.806,01)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.332.449,48	506.766,40	-	-	-	4.839.215,88
Por Devolução (-)		(1.659.683,17)	-	-	-	-	(1.659.683,17)
Estorno de Capital		(100,00)	-	-	-	-	(100,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	301.579,13	301.579,13
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	7.754.472,35	7.754.472,35
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.e	2.382.578,07	-	-	-	(2.472.280,84)	(89.702,77)
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	20.d	-	-	3.629.450,92	-	(3.629.450,92)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	20.d	-	-	-	1.116.754,13	(1.116.754,13)	-
FATES - Atos Cooperativos	20.d	-	-	-	-	(279.188,53)	(279.188,53)
SalDOS em 31/12/2022		40.697.943,63	(1.100.076,86)	12.642.013,44	1.116.754,13	558.377,06	53.915.011,40
SalDOS em 30/06/2022		37.531.729,02	(1.774.052,07)	9.012.562,52	-	4.184.661,19	48.954.900,66
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.350.192,02	673.975,21	-	-	-	2.024.167,23
Por Devolução (-)		(566.455,48)	-	-	-	-	(566.455,48)
Estorno de Capital		(100,00)	-	-	-	-	(100,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	301.579,13	301.579,13
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	3.569.811,16	3.569.811,16
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.e	2.382.578,07	-	-	-	(2.472.280,84)	(89.702,77)
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	20.d	-	-	3.629.450,92	-	(3.629.450,92)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	20.d	-	-	-	1.116.754,13	(1.116.754,13)	-
FATES - Atos Cooperativos	20.d	-	-	-	-	(279.188,53)	(279.188,53)
SalDOS em 31/12/2022		40.697.943,63	(1.100.076,86)	12.642.013,44	1.116.754,13	558.377,06	53.915.011,40

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

VALORES EM REAIS (R\$)



1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO-SUL GOIANO LTDA**, doravante denominado **SICOOB CENTRO-SUL**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **10/11/1989**, filiada à **Central das Cooperativas de Crédito de Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda. – Sicoob Nova Central** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CENTRO-SUL, sediado à **RUA PARÁ, Nº 400, CENTRO, MORRINHOS - GO**, possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ÁGUA LIMPA - GO, PONTALINA - GO, CALDAS NOVAS - GO, BURITI ALEGRE - GO, CORUMBAÍBA - GO, EDEALINA - GO, MARZAGÃO - GO, RIO QUENTE - GO, OUVIDOR - GO.

O SICOOB CENTRO-SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional – CMN*, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC*, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à cooperativa. A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração na 607ª Reunião da Diretoria Executiva realizada em 30/01/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022.

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- I) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepor outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- II) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- III) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos



em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 37.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A SICOOB CENTRO-SUL contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.



3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização

dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.



p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CENTRO-SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários (a)	2.701.848,23	4.254.493,87
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	89.845.924,85	56.217.427,75
TOTAL	92.547.773,08	60.471.921,62



(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento) no valor de R\$ 2.144.099,03 e custódia na tesouraria centralizada (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias) no valor de R\$ 557.749,20.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB NOVA CENTRAL como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	5.819.521,70	9.830.180,43	2.548.403,37

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	0,00	6.248.171,30	0,00	0,00
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito (a)	0,00	4.611.487,54	0,00	0,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	0,00	10.859.658,84	0,00	0,00
TOTAL	0,00	10.859.658,84	0,00	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	50.629.818,94	23.340.968,84	73.970.787,78	46.835.898,85	19.254.991,89	66.090.890,74
Financiamentos	11.291.585,50	20.987.483,40	32.279.068,90	11.248.781,72	26.709.808,21	37.958.589,93
Financiamentos Rurais	34.064.068,78	21.948.370,34	56.012.439,12	32.957.530,04	29.931.472,71	62.889.002,75
Total de Operações de Crédito	95.985.473,22	66.276.822,58	162.262.295,80	91.042.210,61	75.896.272,81	166.938.483,42
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.703.810,71)	(3.578.053,32)	(10.281.864,03)	(4.849.791,05)	(3.261.982,73)	(8.111.773,78)
TOTAL	89.281.662,51	62.698.769,26	151.980.431,77	86.192.419,56	72.634.290,08	158.826.709,64

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	5.229.209,77	4.849.605,09	19.469.795,46	29.548.610,32		28.641.849,17	
A 0,5% Normal	24.006.847,94	9.173.478,54	23.889.834,97	57.070.161,45	(285.350,81)	62.559.523,39	(312.797,62)
B 1% Normal	18.853.586,34	10.432.861,97	8.679.101,08	37.965.549,39	(379.655,49)	42.951.986,88	(429.519,87)
B 1% Vencidas	447.408,17	65.816,98	0,00	513.225,15	(5.132,25)	113.349,82	(1.133,50)
C 3% Normal	12.430.205,70	3.969.650,18	1.792.432,37	18.192.288,25	(545.768,80)	18.929.106,72	(567.873,30)
C 3% Vencidas	522.536,35	176.961,87	0,00	699.498,22	(20.985,11)	350.201,40	(10.506,14)
D 10% Normal	2.860.641,98	1.782.281,39	353.224,49	4.996.147,86	(499.614,79)	3.543.065,06	(354.306,51)
D 10% Vencidas	520.249,02	619.112,71	0,00	1.139.361,73	(113.936,17)	707.251,09	(70.725,11)

E	30%	Normal	1.797.531,06	410.035,85	318.396,55	2.525.963,46	(757.789,20)	2.232.634,00	(669.790,30)
E	30%	Vencidas	899.285,05	39.724,32	271.855,49	1.210.864,86	(363.259,62)	851.024,18	(255.307,35)
F	50%	Normal	415.679,23	48.637,64	244.885,47	709.202,34	(354.601,17)	258.761,47	(129.380,74)
F	50%	Vencidas	417.357,80	191.419,87	226.492,11	835.269,78	(417.634,89)	578.921,00	(289.460,50)
G	70%	Normal	211.772,27	52.756,01	0,00	264.528,28	(185.169,96)	207.309,73	(145.116,91)
G	70%	Vencidas	583.832,49	211.697,84	0,00	795.530,33	(556.871,39)	458.812,28	(321.168,70)
H	100%	Normal	1.209.514,89	25.193,94	0,00	1.234.708,83	(1.234.708,83)	1.673.903,08	(1.673.903,08)
H	100%	Vencidas	3.565.129,72	229.834,70	766.421,13	4.561.385,55	(4.561.385,55)	2.880.784,15	(2.880.784,15)
Total Normal			67.014.989,18	30.744.500,61	54.747.670,39	152.507.160,18	(4.242.659,05)	160.998.139,50	(4.282.688,33)
Total Vencidos			6.955.798,60	1.534.568,29	1.264.768,73	9.755.135,62	(6.039.204,98)	5.940.343,92	(3.829.085,45)
Total Geral			73.970.787,78	32.279.068,90	56.012.439,12	162.262.295,80	(10.281.864,03)	166.938.483,42	(8.111.773,78)
Provisões			(7.596.847,63)	(1.210.495,20)	(1.474.521,20)	(10.281.864,03)		(8.111.773,78)	
Total Líquido			66.373.940,15	31.068.573,70	54.537.917,92	151.980.431,77		158.826.709,64	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	27.371.132,58	23.258.686,36	23.340.968,84	73.970.787,78
Financiamentos	3.702.164,15	7.589.421,35	20.987.483,40	32.279.068,90
Financiamentos Rurais	8.398.096,76	25.665.972,02	21.948.370,34	56.012.439,12
TOTAL	39.471.393,49	56.514.079,73	66.276.822,58	162.262.295,80

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	538.201,42	16.576,08	0,00	554.777,50	0,34%
Setor Privado - Indústria	138.647,28	0,00	0,00	138.647,28	0,09%
Setor Privado - Serviços	39.543.459,30	13.147.398,98	0,00	52.690.858,28	32,47%
Pessoa Física	33.262.059,17	19.034.535,01	56.012.439,12	108.309.033,30	66,75%
Outros	488.420,61	80.558,83	0,00	568.979,44	0,35%
TOTAL	73.970.787,78	32.279.068,90	56.012.439,12	162.262.295,80	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	8.111.773,78	7.055.553,65
Constituições/ Reversões no período	675.970,08	4.214.167,29
Transferência para prejuízo no período	(4.589.613,83)	(3.157.947,16)
Saldo Final	10.281.864,03	8.111.773,78

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	3.879.731,62	2,14%	3.004.589,29	1,68%
10 Maiores Devedores	20.582.812,98	11,37%	21.801.199,38	12,20%
50 Maiores Devedores	53.501.806,76	29,55%	55.201.737,79	30,89%



g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	10.540.781,55	8.588.525,04
Valor das operações recuperadas no período	(376.886,39)	(1.204.879,97)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(3.554,32)	(810,68)
Valor das operações renegociadas no período	(558.690,71)	0,00
Valor das operações transferidas no período	5.332.112,03	3.157.947,16
Saldo Final	14.933.762,16	10.540.781,55

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	859.754,03	0,00	757.943,76	0,00
Rendas a Receber (b)	1.367.718,22	0,00	737.847,13	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	79.504,26	556.257,52	78.691,23	631.258,48
Títulos e Créditos a Receber (d)	130.015,58	0,00	98.871,28	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	443.844,65	0,00	137.639,39
TOTAL	2.436.992,09	1.000.102,17	1.673.353,40	768.897,87

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 35.005,15); Rendas de Cartões (R\$ 291.402,80); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 1.023.562,73); e outros (R\$ 17.747,54);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 130.015,58).

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Cofins (R\$ 415.560,22); e outros (R\$ 28.284,43).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(699.855,34)	0,00	(484.282,12)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(795,05)	(5.562,57)	(786,92)	(6.312,58)
TOTAL	(700.650,39)	(5.562,57)	(485.069,04)	(6.312,58)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
B	1%	Normal	0,00	635.761,78	635.761,78	(6.357,62)	709.949,71	(7.099,50)
E	30%	Normal	56.567,33	0,00	56.567,33	(16.970,22)	52.890,06	(15.867,04)
E	30%	Vencidas	86.029,94	0,00	86.029,94	(25.808,99)	174.727,95	(52.418,40)
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	9.269,19	(4.634,60)
F	50%	Vencidas	48.600,46	0,00	48.600,46	(24.300,23)	157.932,52	(78.966,26)
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	8.019,28	(5.613,52)
G	70%	Vencidas	119.268,06	0,00	119.268,06	(83.487,66)	94.408,23	(66.085,77)
H	100%	Normal	307,38	0,00	307,38	(307,38)	7.444,59	(7.444,59)
H	100%	Vencidas	548.980,86	0,00	548.980,86	(548.980,86)	253.251,94	(253.251,94)
Total Normal			56.874,71	635.761,78	692.636,49	(23.635,22)	787.572,83	(40.659,25)
Total Vencidos			802.879,32	0,00	802.879,32	(682.577,74)	680.320,64	(450.722,37)
Total Geral			859.754,03	635.761,78	1.495.515,81	(706.212,96)	1.467.893,47	(491.381,62)
Provisões			(699.855,34)	(6.357,62)	(706.212,96)		(491.381,62)	
Total Líquido			159.898,69	629.404,16	789.302,85		976.511,85	

08. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos, registrados integralmente no circulante, estavam compostos exclusivamente por impostos e contribuições a compensar:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	678.756,48	340.127,20
TOTAL	678.756,48	340.127,20

09. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	30.172,22	0,00	49.130,60	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	15.135,43	0,00	105.996,89	0,00
Devedores Diversos – País (a)	241.128,43	0,00	170.898,99	0,00
Material em Estoque	270.983,72	0,00	200.260,79	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	0,00	3.504.142,46	3.504.142,46	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.(c)	0,00	(65.885,68)	(65.885,68)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	361.227,65	0,00	450.834,33	0,00
TOTAL	918.647,45	3.438.256,78	4.415.378,38	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Plano de Saúde a Receber (R\$ 2.009,48); Pendências Regularizar-Banco Sicoob (R\$ 19.452,80); e outros (R\$ 219.666,15);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.



(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	0,00	5.350.267,14
Partic. em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito (a)	0,00	3.777.634,79
Outros Investimentos	187.964,00	8.000,00
TOTAL	187.964,00	9.135.901,93

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	4%	439.665,49	439.665,49
Instalações	10%	1.923.412,78	1.821.838,80
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.356.761,39	1.178.746,34
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.262.496,39	1.008.642,05
Sistema de Segurança	10%	464.475,11	433.338,88
Sistema de Transporte	20%	213.981,15	65.481,15
Total de Imobilizado de Uso		7.660.792,31	4.947.712,71
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(208.652,84)	(190.948,88)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(701.576,70)	(515.810,75)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.227.030,84)	(1.491.206,96)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(80.331,15)	(56.568,31)
Total de Depreciação Acumulada de Imobilizado de Uso		(3.217.591,53)	(2.254.534,90)
TOTAL		4.443.200,78	2.693.177,81

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas de Processamento de Dados	66.225,33	66.225,33
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	1.356.973,49	2.559.278,81
Direitos de Exclusividade ou Preferência	67.071,67	67.071,67
Intangível	1.490.270,49	2.692.575,81
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(1.429.219,95)	(1.421.908,42)
Total de Amortização Acumulada de ativos Intangíveis	(1.429.219,95)	(1.421.908,42)
TOTAL	61.050,54	1.270.667,39

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos, registrados integralmente no circulante, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósito à Vista (a)	74.666.324,34	65.859.560,47
Depósito a Prazo (b)	64.109.528,86	63.738.629,67
TOTAL	138.775.853,20	129.598.190,14

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	5.709.906,37	3,42%	11.539.267,67	7,76%
10 Maiores Depositantes	24.760.195,80	14,84%	27.965.898,58	18,80%
50 Maiores Depositantes	54.663.164,71	32,77%	53.437.145,58	35,93%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.269.731,60)	(7.571.051,28)	(2.560.410,70)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.186.001,56)	(1.753.508,96)	(225.567,22)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(150.935,59)	(277.603,69)	(15.677,43)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(131.435,20)	(252.354,77)	(218.869,80)
TOTAL	(5.738.103,95)	(9.854.518,70)	(3.020.525,15)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	1.421.538,50	0,00	1.460.855,37	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	15.299.067,12	7.181.570,29	6.100.812,24	496.647,05
TOTAL	16.720.605,62	7.181.570,29	7.561.667,61	496.647,05



São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. As despesas relativas aos exercícios de 2021 e 2022 estão demonstradas na nota 13.d.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	16.339.639,78	20.164.344,88	22.067.812,44	15.940.723,33
TOTAL	16.339.639,78	20.164.344,88	22.067.812,44	15.940.723,33

As taxas de juros praticadas nas operações de repasses interfinanceiros com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,72% ao ano, com vencimentos entre 06/03/2023 e 22/11/2027.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	1.019.647,99	750.000,09	2.771.314,83	0,00
Banco Sicoob	1.681.088,21	0,00	832.772,06	0,00
Repasses do País - Instituições Oficiais	0,00	0,00	30.299,32	0,00
TOTAL	2.700.736,20	750.000,09	3.634.386,21	0,00

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 12,73% ao ano, com vencimento entre 25/04/2023 e 26/10/2027.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.117.851,14)	(2.211.558,48)	(1.751.618,76)
Cooperativa Central	(139.240,26)	(281.485,45)	(97.602,01)
TOTAL	(1.257.091,40)	(2.493.043,93)	(1.849.220,77)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam registrados integralmente no circulante e assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	5.709.906,37	11.539.267,67
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	74.477,55	86.896,86
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	56.198,72	86.230,52
TOTAL	5.840.582,64	11.712.395,05

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores de ordens de pagamento em favor de terceiros;

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 48.404,04); Municipais (R\$ 4.750,00); e outros (R\$ 3.044,68).

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	662.099,49	201.624,39	432.501,43	92.516,71
Provisão para Demandas Judiciais (b)	0,00	415.560,22	0,00	119.354,96
TOTAL	662.099,49	617.184,61	432.501,43	211.871,67

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	36.903.700,18	28.011.269,17
TOTAL	36.903.700,18	28.011.269,17

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS	415.560,22	415.560,22	109.354,96	109.354,96
Trabalhistas	0,00	28.284,43	0,00	28.284,43
Outras Contingências	0,00	0,00	10.000,00	0,00
TOTAL	415.560,22	443.844,65	119.354,96	137.639,39

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRO-SUL, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 60.491,34. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas, registrado integralmente no circulante, estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	24.906,07	19.181,36
Impostos e Contribuições sobre Salários	357.073,71	282.591,38
Outros	123.371,08	88.462,33
TOTAL	505.350,86	390.235,07



19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos, registrado integralmente no circulante, estava assim composto:

Transações	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias (a)	1.685.464,11	1.515.513,69
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	283.464,46	298.319,28
Provisão para Pagamentos a Efetu©(c)	1.529.992,88	1.657.007,48
Credores Diversos - País (d)	174.720,51	526.258,65
TOTAL	3.673.641,96	3.997.099,10

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.297.017,79	1.104.676,77
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	388.446,32	410.836,92
TOTAL	1.685.464,11	1.515.513,69

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 1.017.732,22); Outras Despesas Administrativas (R\$ 460.526,89) e outros (R\$ 51.733,77);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 28.167,27); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 21.933,00); Desconto Folha de Pagamento - Crédito Consignado (R\$ 51.462,14) e outros (R\$ 73.158,10).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	39.597.866,77	32.330.206,87
Associados	11.667	10.541

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo para Aumento de Capital (FAC)

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizado para aumento de capital dos associados do Sicoob Centro-Sul.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras a disposição da assembleia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 100% para conta capital, no valor de R\$ 618.728,57.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	5.282.191,51	5.498.632,78
(+) Reversão utilização do Fates	301.579,13	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.583.770,64	5.498.632,78
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	3.629.450,92	3.574.111,31
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	279.188,53	274.931,64
(-) Destinação para Outras Reservas (FAC)	1.116.754,13	1.099.726,56
(+) Reversão utilização do Fates	0,00	68.865,30
Sobra à disposição da Assembleia Geral	558.377,06	618.728,57

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG). Em 2022, a reversão do FATES integrou a base de cálculo das destinações obrigatórias (Fundo de Reserva e FATES).

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 2.472.280,84. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	154.589,36	258.877,76	438.033,51
Rendas de Empréstimos	7.853.013,06	14.601.564,44	10.261.554,14
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.144.793,00	2.239.026,30	2.038.669,69
Rendas de Financiamentos	3.434.608,98	6.736.847,37	4.554.275,34
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.247.889,21	2.374.427,63	1.669.051,27
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	463.718,32	945.347,87	699.989,66
Rendas de Financiamentos Rurais - Rec. Direcionados Poupança Rural	252.091,16	690.303,85	1.198.055,46
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	76.189,09	148.843,76	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	275.585,21	1.030.266,98	1.274.914,80
TOTAL	14.902.477,39	29.025.505,96	22.134.543,87



22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Captação	(5.738.103,95)	(9.854.518,70)	(3.020.525,15)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.257.091,40)	(2.493.043,93)	(1.849.220,77)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.830.038,01	5.015.031,05	4.250.135,50
Reversões de Provisões para Outros Créditos	74.735,06	141.128,71	72.167,82
Provisões para Operações de Crédito	(6.667.750,12)	(11.774.735,13)	(8.024.890,40)
Provisões para Outros Créditos	(522.755,41)	(1.110.458,25)	(678.442,50)
TOTAL	(11.280.927,81)	(20.076.596,25)	(9.250.775,50)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	498.083,70	979.609,75	1.013.717,27
Rendas de Convênios	67.258,63	149.035,43	130.626,86
Rendas de Comissão	1.173.713,99	2.356.656,29	2.252.759,63
Rendas de Credenciamento	0,00	0,00	2.400,00
Rendas de Cartões	563.227,28	1.097.122,42	1.088.097,94
Rendas de Outros Serviços	162.897,29	329.527,55	269.749,70
TOTAL	2.465.180,89	4.911.951,44	4.757.351,40

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	401.722,10	792.667,10	744.480,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	196.005,90	396.103,20	458.791,60
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	92.774,73	144.907,65	208.548,08
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	454.643,37	913.086,53	1.007.468,56
TOTAL	1.145.146,10	2.246.764,48	2.419.288,24

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(74.070,08)	(144.778,62)	(125.339,42)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(682.190,62)	(1.258.415,34)	(1.025.581,77)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(757.984,76)	(1.674.411,12)	(1.373.746,91)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.049.695,40)	(1.922.165,98)	(1.642.293,15)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.434.457,42)	(4.518.906,85)	(3.797.796,65)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.951,43)	(3.711,43)	(3.160,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(32.116,87)	(77.400,21)	(94.082,04)
TOTAL	(5.033.466,58)	(9.599.789,55)	(8.061.999,94)

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(128.264,19)	(282.426,86)	(264.871,88)
Despesas de Aluguéis	(237.375,30)	(470.432,82)	(425.692,00)
Despesas de Comunicações	(169.310,90)	(343.431,92)	(336.380,57)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(54.991,96)	(76.757,13)	(32.409,71)
Despesas de Material	(43.164,78)	(95.857,71)	(155.941,16)
Despesas de Processamento de Dados	(775.526,08)	(1.426.319,89)	(1.153.748,48)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(377.998,26)	(649.510,70)	(349.719,80)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(30.836,60)	(59.279,60)	(49.454,00)
Despesas de Publicações	0,00	(474,00)	(450,00)
Despesas de Seguros	(124.459,52)	(228.891,85)	(211.269,94)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(838.799,41)	(1.705.239,74)	(1.449.419,62)
Despesas de Serviços de Terceiros	(379.747,20)	(599.193,79)	(472.954,05)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(447.653,17)	(900.878,77)	(815.631,22)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(282.110,94)	(665.847,62)	(676.828,16)
Despesas de Transporte	(200.022,74)	(392.395,09)	(379.703,71)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(132,50)
Despesas de Viagem no País	(55.021,26)	(64.905,97)	(22.366,21)
Despesas de Amortização	(124.241,02)	(302.423,15)	(482.153,83)
Despesas de Depreciação	(376.611,90)	(667.945,01)	(532.444,82)
Rateio de Despesas da Central	(578.513,22)	(1.027.019,48)	(796.373,53)
Rateio de Despesas do Sicoob Confederação	(86.673,42)	(170.702,72)	(129.430,55)
Outras Despesas Administrativas	(504.944,40)	(878.436,23)	(456.178,48)
TOTAL	(5.816.266,27)	(11.008.370,05)	(9.193.554,22)

27. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(85.847,94)	(114.319,50)	(38.297,33)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(85.671,81)	(170.148,78)	(177.807,53)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(22.965,35)	(93.445,46)	(148.774,20)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(18.615,70)	(30.068,72)	(24.175,82)
TOTAL	(213.100,80)	(407.982,46)	(389.054,88)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	108.631,46	109.642,67	27.020,10
Dividendos	0,00	380.538,69	83.217,07
Distribuição de sobras da central	0,00	215.828,10	331.549,75
Rendas de Repasses Interfinanceiros	88.840,46	161.583,41	103.587,65
Outras rendas operacionais	55.020,88	55.021,94	16.979,35
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.052.402,30	2.118.357,02	1.726.154,60
Juros ao Capital Recebidos da Central	682.076,06	682.076,06	216.437,32
TOTAL	1.986.971,16	3.723.047,89	2.504.945,84



29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Desp. Descontos Concedidos Renegociações	0,00	0,00	(21.024,87)
Outras Despesas Operacionais	(41.948,26)	(133.550,23)	(121.645,22)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(117.499,94)	(213.061,40)	(147.214,31)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(24.055,62)	(100.355,44)	(59.770,87)
Perdas - Fraudes Externas	(4.940,00)	(4.940,00)	0,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(6,00)	(6,00)	(560,53)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(39.146,40)	(43.318,40)	0,00
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(285.893,08)	(301.579,13)	(68.865,30)
TOTAL	(513.489,30)	(796.810,60)	(419.081,10)

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Reversões de Provisões para Contingências	10.000,00	10.000,00	82.254,42
Provisões para Garantias Prestadas	(669.957,38)	(1.107.725,04)	(645.439,29)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	411.890,20	769.019,30	402.473,04
TOTAL	(248.067,18)	(328.705,74)	(160.711,83)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos de Capital	20.628,97	64.709,61	27.033,95
Reversão Provisões p/ Desvalorização Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	205.221,10	205.221,10	0,00
Outras Rendas Não Operacionais	41.789,22	77.997,20	25.753,78
(-) Perdas de Capital	(34.235,18)	(112.426,54)	(22.719,84)
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	(224,57)	(224,57)	0,00
TOTAL	233.179,54	235.276,80	30.067,89

32. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	479.130,84	0,1402%	2,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.727.917,70	0,5058%	2.886,07
TOTAL	2.207.048,54	0,6460%	2.888,07
Montante das Operações Passivas	1.140.195,06	0,4268%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,2213%
Crédito Rural (modalidades)	0,1698%
Aplicações Financeiras	0,4268%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	83.950,16	419,75	2,0471%
Financiamentos Rurais	1.663.407,96	1.605,05	2,9697%
Empréstimos	85.823,06	429,12	0,1587%
Financiamentos	109.893,12	549,47	0,3404%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - % (a.m.)
Depósitos à Vista	524.390,38	0,7172%	0%
Depósitos a Prazo	321.166,99	0,5010%	0,9651%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	57.091,22	0,2540%	0,9158%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (meses)
Empréstimos	1,7100%	11,95
Financiamentos	0,6450%	60,80
Aplicação Financeira - Pós-fixada (% CDI)	87,8883%	160,06
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,9211%	48,03

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.



d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	22.974,45
Crédito Rural	1.568.155,61
Empréstimos	209.912,60

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	1.978.711,98	1.502.942,39

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(682.190,62)	(1.258.415,34)	(1.025.581,77)
INSS Diretoria/Conselheiros	(162.430,50)	(297.145,23)	(243.698,97)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
416.161,21	374.304,55

32.2 Cooperativa Central

A SICOOB CENTRO-SUL, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB NOVA CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB NOVA CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB NOVA CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CENTRO-SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	89.845.924,85	56.217.427,75
Ativo - Investimentos (2021) / TVM (2022)	6.248.171,30	5.350.267,14
Ativo – Rendas Centralização Financeira a Receber	1.023.562,73	426.938,42
Total das Operações Ativas	97.217.658,88	61.994.633,31
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.769.648,08	2.771.314,83
Total de Operações Passivas	1.769.648,08	2.771.314,83

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.819.521,70	9.830.180,43	2.548.403,37
Total das Receitas	5.819.521,70	9.830.180,43	2.548.403,37
Despesas Empréstimos e Repasses	(139.240,26)	(281.485,45)	(97.602,01)
Rateio de Despesas da Central	(578.513,22)	(1.027.019,48)	(796.373,53)
Total das Despesas	(717.753,48)	(1.308.504,93)	(893.975,54)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	43.676.378,08	32.879.092,52
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	191.008.208,94	176.941.441,01
Índice de Basileia (mínimo 11%)	22,87%	18,58%
Imobilizado para cálculo do limite	4.631.164,78	2.701.177,81
Índice de imobilização (limite 50%)	10,60%	8,22%

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(36.048,47)	(66.650,42)	(62.590,99)
TOTAL	(36.048,47)	(66.650,42)	(62.590,99)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.



A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da



exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;



c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Halison Batista de Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda. - Sicoob Centro-Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Centro-Sul em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações

contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que



a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



ASSINADO DIGITALMENTE
NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2023.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC/DF 013421/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Parecer do Conselho Fiscal

Reuniram-se em sessão Extraordinária, os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda., na Sala de Reunião da Unidade Administrativa situada a Rua Pará, nº: 879, Centro, Morrinhos-GO, sob coordenação da Conselheira Fiscal efetiva Claudia Frankia Borges e membros efetivos Josemar Lopes de Sousa e Alancardek Antônio de Azevedo. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após analisar as peças que compõem o balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos exames e verificações procedidas em todos os documentos e peças contábeis apresentados, que correspondem ao Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras ou Perdas, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis e, ainda, considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral emitido pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa; somos de parecer que as mesmas refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Centro – Sul, e desta feita sugerimos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Morrinhos – GO, 06 de março de 2023.

Claudia Frankia Borges
Conselheira Fiscal Efetiva
Coordenadora

Josemar Lopes de Sousa
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário

Alancardek Antônio de Azevedo
Conselheiro Fiscal Efetivo

AÇÕES DE ESG / NOTÍCIAS



DESTAQUES /AÇÕES NA COMUNIDADE

O interesse pela comunidade é um dos princípios essenciais do cooperativismo. Em 2022, ano em que diversas ações presenciais foram retomadas, o Sicoob Centro-Sul foi capaz de inovar, promovendo e participando de

palestras, bate-papos, campanhas, ações, feiras, eventos e mostras virtuais que beneficiaram cooperados, não cooperados e colaboradores. A seguir, destacamos algumas ações importantes promovidas no primeiro e segundo semestres.



Recebimento de Honrarias

A equipe Sicoob Centro-Sul recebeu o Troféu Ipê referente à Campanha Regional de Vendas (CRV) do Sicoob Goiás Central. A honraria representou o melhor resultado alcançado pela Cooperativa

no conjunto da obra de 2021, ou seja, a premiação mais importante do evento. A entidade também foi agraciada com o reconhecimento na categoria produto Seguros Gerais.



Os integrantes da família Sicoob Centro-Sul marcaram presença no Vende Sicoob, evento que celebrou o cooperativismo e encerra a Campanha

Nacional de Vendas do ano de 2021. Na solenidade estiveram presentes as cooperativas singulares, centrais e CCS.



A Diretoria Executiva do Sicoob Centro-Sul agradeceu em forma de Moção de Congratulação às colaboradoras Bianca Rabelo Barros (Corumbaitá) e Graziela Venância Martins de Moura (Marzagão) por

representarem tão bem a Cooperativa de Crédito na programação de nível nacional referente à Campanha Performance 2021, onde foram agraciadas majestoso prêmio Experiência Diamante – SicoobCard.





EVENTOS



Fenashow de Pontalina

A Fenashow contou com a exposição da equipe Sicoob Centro-Sul. A Cooperativa ofertou produtos e serviços financeiros, além de levar orientações para todos os públicos do município de Pontalina, Edealina e região. Os colaboradores se uniram e fizeram acontecer nesses três dias de programação.

Parada Obrigatória Morrinhos 2022

O Parada Obrigatória Morrinhos 2022 foi um sucesso. O evento contou com o apoio do Sicoob Centro-Sul que levou serviços para a comunidade e o público de motociclistas que vieram de todas as partes do país e do mundo. O organizador Rui Leite, diretores e colaboradores fizeram questão de falarem da importância da Cooperativa pioneira em Morrinhos e região.





Ouvidor Rodeio Show

O tradicional “Ouvidor Rodeio Show” chegou na sua 7ª Edição e o Sicoob Centro-Sul marcou presença. A equipe do PA esteve orientando, visitando os demais estandes e ouvindo atentamente os anseios dos cooperados que passaram pelo local. A diretoria executiva também acompanhou os trabalhos e elogiou a organização programação ruralista da entidade coirmã.



Reinauguração de PA 01

O Sicoob Centro-Sul esteve em festa para celebrar a reinauguração da agência de Água Limpa, que foi fundada em 04 de abril de 2007. O presidente Lister Cruvinel e a diretoria executiva estiveram presentes para a solenidade que também recebeu o prefeito municipal José Carlos Guimarães. Agora, o ponto de atendimento encontra-se em um espaço reestruturado, moderno e belo para receber os cooperados que tanto fazem pelo progresso da Cooperativa.





Fitcom - Feira da Indústria, Turismo e Comércio de Morrinhos.



Em um estande preparado para receber toda a comunidade de Morrinhos e região, a Diretoria Executiva do Sicoob Centro-Sul juntamente com colaboradores estiveram presentes na abertura da Fitcom - Feira da Indústria, Turismo e Comércio de Morrinhos.

A programação apresentou serviços da Cooperativa de Crédito que são voltados para os comerciantes e interessados. Entre as ações ofertadas: abertura de contas, cartões, consórcio, sipag, capital de giro (linha GarantiGoias); capital social (Capitalize e Ganhe), cobrança bancária e outros.

A alegria de servir, o comprometimento com o cooperado ou com o novo associado e a contribuição para o desenvolvimento dos negócios marcaram as três noites de evento.

Dia de Campo

A primeira edição do “Dia de Campo: Pecuária de Ponta” contou com o time do Sicoob Centro-Sul. O evento da Prefeitura de Morrinhos, por meio da Secretaria de Agricultura e Pecuária, também recebeu parceiros para a capacitação voltada para produtores rurais e cooperados. A programação, diretamente do Centro Tecnológico da Agricultura Familiar, atendeu mais de 300 pessoas, entre elas estavam os cooperados, convidados, participantes e estudantes.



Interatividade

Em alusão ao mês das crianças, a equipe de Gestão de Pessoas, preparou uma lembrança para todos os colaboradores do Sicoob Centro-Sul que se fazem presentes em 10 municípios goianos. Essa foi mais

uma forma de aproximar e demonstrar o zelo da diretoria executiva nas ações internas de valorização e reconhecimento dos profissionais que contribuem com trabalho diário da Cooperativa.

Sicoob Centro-Sul mobiliza campanha de arrecadação de brinquedos no mês das crianças

A diretoria executiva do Sicoob Centro-Sul promoveu ação interna de arrecadação de brinquedos para as crianças dos municípios que compõem à Cooperativa. Foram beneficiadas com brinquedos e chocolates entidades e escolas de educação infantil.

O presidente Lister Cruvinel; o diretor administrativo Halison Carvalho e a diretora de Negócios Karla Peixoto além de colaboradores, conheceram de perto os projetos de assistência social em Morrinhos.

A ação seguiu durante todo o mês de outubro nos pontos de atendimentos de Água Limpa, Buriti Alegre, Caldas Novas, Corumbaíba, Edealina, Marzagão, Pontalina, Rio Quente e Ouvidor



Entrega de brinquedos para crianças do Polo Construindo Sonhos

Dando continuidade às ações de entrega de brinquedos arrecadados entre colaboradores da Unidade Administrativa Desmembrada, a gerente Kamila Urzêda acompanhada do supervisor Ricardo Alves e da gestora Lohayne Moraes visitaram a sede provisória do Polo Construindo Sonhos, sob os cuidados da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Morrinhos, para oficializarem os votos da diretoria executiva acerca do mês das crianças e realizarem a distribuição de bonecas e carrinhos.





“Em nome de nosso presidente Lister Cruvinel cumprimos a todos e desejamos que Deus continue abençoando esse projeto tão especial. Saibam que para a diretoria da Cooperativa é uma honra apoiar iniciativas como essa que contribuem com a área social e o desenvolvimento dos usuários dos serviços de atendimento”, disse Kamila elogiando às atividades programadas e a receptividade da coordenadora Daine Parreira.

PA de Corumbaíba mobiliza ação e entrega brinquedos para entidade do município

As boas ações do mês das crianças também chegaram no Ponto de Atendimento de Corumbaíba que aproveitou o momento para realizar a entrega de brinquedos arrecadados por colaboradores e cooperados.

A entidade beneficiada foi o Centro Multidisciplinar de Atendimento Especializado Hilda de Bragança Quinta, que assiste cerca de 40 pessoas com deficiência.

Em nome da Cooperativa Sicoob Centro-Sul, o presidente Lister Cruvinel parabenizou a dedicação da gerência e de todos os seis profissionais que não mediram esforços para abrilhantar à Campanha Criança Feliz.

Campanha Criança Feliz foi um sucesso

A união em equipe e o propósito solidário mais uma vez ganharam destaques nas ações internas do Sicoob Centro-Sul. Foram com essas intenções que os colaboradores da Unidade Administrativa Desmembrada e dos Pontos de Atendimentos mobilizaram durante o mês de outubro a Campanha Criança Feliz.

Diversas entidades de assistência social e escolas de educação infantil receberam os presentes, guloseimas e os votos de toda a diretoria. Os registros fotográficos de cada município demonstram o quanto colaborar faz bem para todos.



Outubro Rosa:

Sicoob Centro-Sul faz parceria com confecção e lança a Semana do Laço Rosa

A Unidade Administrativa Desmembrada e os Pontos de Atendimento da Cooperativa Sicoob Centro-Sul aderiram à Campanha Outubro Rosa, em alusão ao mês de prevenção aos cânceres de mama e colo de útero. Cada município usou de sua criatividade e parcerias para proporcionar um dia de esclarecimento para as colaboradoras e cooperadas das agências.

Nas fotos é possível conferir um pouco de cada ação executada que, por sinal, foram feitas com atenção, zelo e respeito às mulheres. Deste modo, à diretoria executiva parabenizou a todos pelos esforços e por terem abraçado essa causa tão nobre e que mereceu destaque no cenário interno e externo do Sicoob Centro-Sul.





Sicoob Centro-Sul também adere ao Outubro Rosa

A Unidade Administrativa Desmembrada e os Pontos de Atendimento da Cooperativa Sicoob Centro-Sul aderiram à Campanha Outubro Rosa, em alusão ao mês de prevenção aos cânceres de mama e colo de útero. Cada município usou de sua criatividade e parcerias para proporcionar um dia de esclarecimento para as colaboradoras e cooperadas das agências.

Nas fotos é possível conferir um pouco de cada ação executada que, por sinal, foram feitas com atenção, zelo e respeito às mulheres. Deste modo, à diretoria executiva parabeniza a todos pelos esforços e por abraçarem essa causa tão nobre e que merece destaque no cenário interno e externo do Sicoob Centro-Sul.



SomosCoop na Estrada conta história do Sicoob Centro-Sul

A websérie *SomosCoop na Estrada*, que é um projeto coordenado pelo Sistema OCB, escolheu o Sicoob Centro-Sul para o lançamento da sua primeira temporada. O presidente Lister Cruvinel recebeu a jornalista Glenda Kozlowski e contou os detalhes da fundação da cooperativa, os sonhos dos produtores rurais e os projetos do passado até os dias atuais.

A programação foi gravada na agência de Morrinhos e nos estabelecimentos comerciais de cooperados que através da instituição conseguiram fortalecer suas atividades e mudaram suas histórias.

“Tenho muito orgulho de ser presidente do Sicoob Centro-Sul. Sou também extremamente apaixonado por essa cooperativa que nasceu através de mãos amigas que queriam o melhor para nossa cidade e região. Afinal, nosso objetivo era e ainda é mostrar que o cooperativismo tem seu jeito colaborativo de fazer negócios e transformar vidas”.

O episódio foi disponibilizado no site do *SomosCoop* e também no canal Youtube do *SomosCoop* para que todos os cooperados pudessem acessar, acompanhar e compartilhar o trabalho jornalístico.



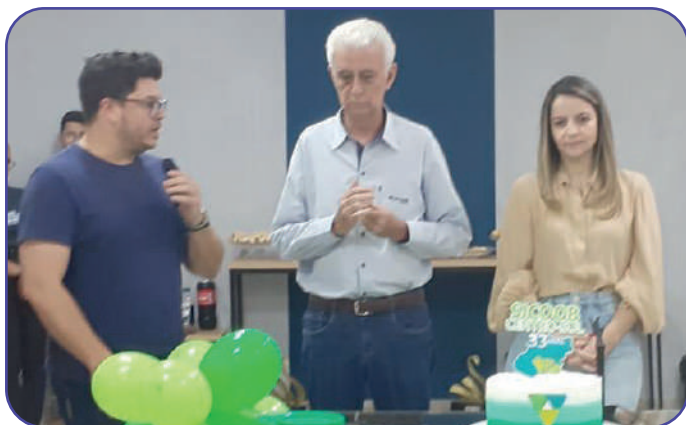


Sicoob Centro-Sul fazendo história há 30 anos

Comemorações

Em 10 de novembro, a Cooperativa Sicoob Centro-Sul comemorou seus 33 anos de atuação! O trabalho que iniciou em 1989 expandiu. Além de Morrinhos está presente em mais nove municípios goianos, conforme o mapa idealizado para retratar essa data incrível.

Afinal, são mais de três décadas de história, atendimento mais próximo e resultados do trabalho em equipe e da transformação social gerada por meio do cooperativismo. A Diretoria Executiva agradeceu a todos que contribuíram, colaboraram ou fazem parte dessa brilhante trajetória!





Dia de festa

O Sicoob Centro-Sul celebrou 33 anos de muitas realizações e os motivos para comemorar foram diversos, dentre eles, a crescente expansão, solidez dos negócios e relevante presença nos municípios onde a Cooperativa está inserida.

Para comemorar a data, o presidente Lister Borges Cruvinel e os diretores Halisson Carvalho e Karla Peixoto deixam mensagens de agradecimentos a todos os

cooperados e colaboradores dos 11 pontos de atendimentos.

O presidente Lister Cruvinel celebrou, em grande estilo, com os quase 100 colaboradores do Sicoob Centro-Sul o aniversário de 33 anos da Cooperativa de Crédito. O ato festivo ocorreu nas dependências de cada agência com direito a mensagens, em tempo real, da Diretoria Executiva.

“Desde 1989, o Sicoob Centro-

Sul procurou ser um diferencial para os municípios onde está inserido. O momento é oportuno para saudar os que nos ajudaram a trilhar esse caminho que nos surpreende pelas conquistas e resultados alcançados. Destaco aqui os nossos sócios-fundadores que nos deixaram exemplos de cooperação e lições de vida que procuramos cultivar e passar adiante”, pontuou Lister.

Sicoob Centro-Sul,

33 anos

Edealina

Pontalina

Caldas Novas

Morrinhos

Rio Quente

Marzagão

Água Limpa

Corumbaíba

Buriti Alegre

Ouvidor

fazendo história!

História do Sicoob Centro-Sul em fotos









Colaboradora do Sicoob Centro-Sul representa entidade no 9º Encontro Goiano de Mulheres Cooperativistas

A gerente da Agência Sicoob Centro-Sul de Morrinhos, Kamila Urzêda e Silva, esteve reunida com aproximadamente 120 mulheres representantes de cooperativas de todo o Estado de Goiás, no 9º Encontro Goiano de Mulheres Cooperativistas. A iniciativa que foi promovida pelo Sistema OCB/GO aconteceu no município de Alexânia, com objetivo de estimular a participação e aumentar a representatividade feminina no cooperativismo goiano.

Como integrante do Comitê Elas pelo Coop Goiás

e participante da programação, Kamila elogiou, interagiu e reforçou ainda mais a necessidade das mulheres do Sicoob Centro-Sul aderirem ao movimento. “Quando as mulheres se reúnem, há sempre muita alegria e entusiasmo. Cada uma delas sendo protagonista de sua própria história, motivando umas às outras e apresentando relatos marcantes. Agradeço a oportunidade que tivemos de expor a nossa voz, saber das novidades e poder conectar nossas cooperativas”, ressaltou.



Sicoob Centro-Sul entrega premiação do Concurso Cultural “Cooperar para Transformar”

Morrinhos

O Sicoob Centro-Sul entregou a premiação do 11º Concurso Cultural do Instituto Sicoob. Com o tema “Cooperar para Transformar”, estudantes do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, de quatro Escolas Municipais de Morrinhos – Celestino Filho, Eudócio de Figueiredo, Rotary Clube e Kleyton Peres, foram os vencedores da iniciativa que apresentou reflexões por meio de desenhos, crônicas, poemas e tiras.

A diretora de Negócios Karla Peixoto juntamente com a gerente Kamila Urzêda e todos os colaboradores da Agência de Morrinhos deram boas-vindas para os alunos, diretoras, professores e equipe pedagógica da Semed, além de falarem da importância deste ato que visou estimular a troca de conhecimentos e o debate em torno da cultura da cooperação como fator de desenvolvimento humano e da comunidade.





Corumbaíba e Marzagão

O Concurso Cultural do Instituto Sicoob “Cooperar para transformar” também reconheceu os estudantes dos municípios de Corumbaíba e Marzagão. Para o ato de entrega dos prêmios, a diretora de Negócios do Sicoob Centro-Sul Karla Peixoto esteve na Escola Municipal Couto de Magalhães e na Escola Municipal Militarizada Ensino Fundamental Pingo de Gente.

Segundo a diretora, foi uma grande honra representar a Cooperativa nesta ação que visou fortalecer a cultura da cooperação e promoção no debate em salas de aula. **“Parabenizo, em nome da Diretoria Executiva, todos os estudantes que fizeram desenhos e redações sobre o tema proposto. Em especial cumprimento aos que foram premiados, além dos professores, coordenadores e diretores que abraçaram também essa nossa ação”.**



Sicoob Centro-Sul apoia projeto de segurança pública em Morrinhos

A Diretoria Executiva do Sicoob Centro-Sul foi agraciada, no mês de dezembro, com placa de homenagem. A honraria referiu-se ao apoio da Cooperativa na aquisição de câmeras de alta tecnologia para a execução de projeto do Segundo Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Neste ato público que aconteceu na sede da Associação Comercial e Industrial de Morrinhos/CDL, a diretora de Negócios Karla Peixoto representou toda a entidade, deixando os cumprimentos da presidência e reforçando a satisfação de contribuir com o trabalho da rede de monitoramento do município.

Também abraçaram a causa juntamente com o Sicoob Centro-Sul, à Prefeitura Municipal de Morrinhos e o Poder Legislativo, além da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Ministério Público e Acim/CDL.



Sicoob Centro-Sul finaliza, com chave de ouro, Campanha Capitalize e Ganhe

Na sede da Unidade Administrativa Desmembrada do Sicoob Centro-Sul aconteceu os sorteios finais da Campanha Capitalize e Ganhe. Enquanto isso, nos 10 pontos de atendimento eram realizadas as entregas das motos. O presidente Lister Cruvinel e os diretores Halison Carvalho e Karla Peixoto estiveram na programação, juntamente com conselheiros, além de gerentes dos Pontos de Atendimento e PA Digital.

A promoção entregou sete smartphones e oito televisores de 40 polegadas, além de premiar 11 associados com motocicletas Honda Biz, bem como dois veículos Fiat Strada com cabine dupla. Os nomes dos beneficiados - pessoas física ou jurídica – foram publicados para que todos tivessem conhecimento. As fotos também comprovam a alegria de cada um dos associados.





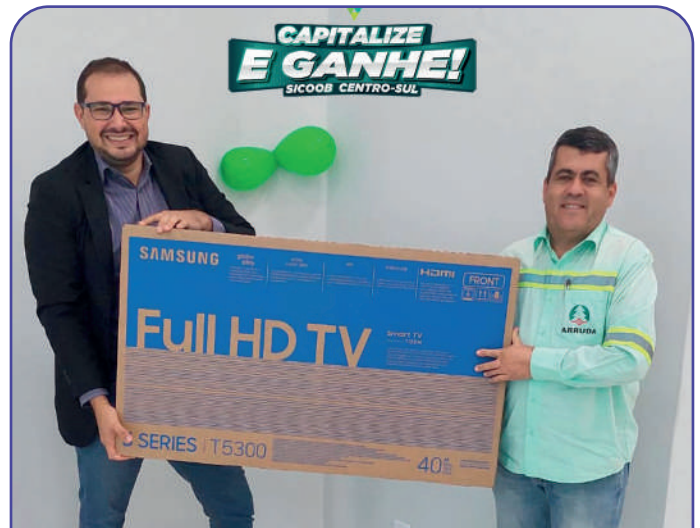




PARABÉNS NEVES & NOGUEIRA LTDA
Ganhadores do quinto sorteio da
campanha Capitalize e Ganhe 2021/2022



PARABÉNS WAGNER
Ganhador do sexto sorteio da
campanha Capitalize e Ganhe 2021



**PARABÉNS ARRUDA
SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**
Ganhadores do décimo sorteio da
campanha Capitalize e Ganhe!







Mensagem de Natal

Foi em clima natalino que a Diretoria Executiva do Sicoob Centro-Sul se reuniu com os colaboradores da Unidade Administrativa Desmembrada e também deixou aos Pontos de Atendimento, de forma virtual, a mensagem da Cooperativa com relação à data mais importante do ano: o Natal.

Os votos dos diretores Halisson Carvalho e Karla Peixoto foram de bênçãos de Deus para os quase 100 trabalhadores e suas famílias, além de desejarem paz, saúde, amor, alegria e sucesso profissional a todos neste ano de 2022 que se findou.



Entidades são beneficiadas

A Campanha Natal Coop Solidário do Sicoob Centro-Sul mais uma vez atingiu seu propósito. Através de gestos de mobilização, doação e solidariedade, a Diretoria Executiva juntamente com gerentes, colaboradores e cooperados se uniram para alegrar famílias e entidades de assistência social que atendem pessoas em vulnerabilidade social em Morrinhos - Lar Vicentino Padre Lino José Correr, Igreja de Deus e Lar Espírita Luz e Caridade.

As fotos são do trabalho feito na Unidade Administrativa Desmembrada e no PA Digital que não mediram esforços para a arrecadação, compra de alimentos e a entrega das cestas. Desse modo, ficam os agradecimentos do presidente Lister Cruvinel e dos diretores Halison Carvalho e Karla Peixoto devido ao empenho de todos, dedicação e amor pela vida do próximo.





União faz acontecer

Aos 11 Pontos de Atendimento do Sicoob Centro-Sul que também abraçaram a Campanha Natal Coop Solidário, os agradecimentos além do respeito e a gratidão da Diretoria Executiva, bem como os votos de Feliz Ano Novo e a mensagem reforçada para que a luz do menino Jesus esteja sempre acesa nos corações e lares das famílias dos municípios de:

- Morrinhos
- Água Limpa
- Pontalina
- Caldas Novas
- Buriti Alegre
- Corumbáiba
- Edealina
- Marzagão
- Rio Quente
- Ouvidor
- PA Digital.

Nos registros fotográficos é possível conferir o verdadeiro sentido do mês natalino e que a união faz toda a diferença na Cooperativa. Por isso, o departamento de Comunicação e Marketing vem a público parabenizar aos cooperados e colaboradores que foram essenciais para a concretização de mais um trabalho em conjunto.

No total:

238 cestas de alimentos foram entregues e
91 panetones distribuídos.







Informativo Sicoob Centro-Sul

Com objetivo de fortalecer ainda mais as ferramentas de comunicação da Cooperativa Sicoob-Centro Sul e criar uma relação mais próxima com os cooperados, colaboradores e comunidade, foi apresentado pela Diretoria Executiva o mais novo canal de informação elaborado pela equipe de Marketing e Comunicação. Trata-se de um institucional que recebeu o nome através de votação democrática – Informativo Sicoob Centro-Sul.

Além de interagir com notícias sobre serviços financeiros, ações e campanhas internas e externas, foi possível conhecer mais um outro lado da entidade - a parte do compromisso social - que ganha força por meio da publicidade e da qualificação da informação, a fim de destacar os 10 municípios que compõem a rede Sicoob Centro-Sul.

Por meio de matérias jornalísticas, notas, entrevistas, depoimentos e fotografias também

incorporou-se artigos e ações do campo institucional. Transparência, inovação, ética e cuidado com a Cooperativa definem nosso sentimento enquanto gestor da Cooperativa que se faz viva e ativa há 33 anos.

Vale ressaltar que, no ano de 2022, a nossa entidade elevou seu nome no cenário cooperativista e demonstrou que está no rumo certo por inserir o serviço de comunicação integrada. E as novidades não param por aqui, pois o site oficial e as redes sociais ganharam ainda mais força para alavancar o trabalho da Instituição.

“Deixo aqui, os meus sinceros agradecimentos a todos. Esse canal de comunicação integrada fará jus ao trabalho de nossa gestão que é sempre pautado pela transparência e ética. Queremos aproximar ainda mais, informar e interagir com nosso público-alvo. Obrigado”, disse o presidente Lister Cruvinel.



EM 2022, SICOOB CENTRO-SUL POSSIBILITOU INTERCOOPERAÇÃO, VISITAÇÃO, FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS E CURSOS AOS COLABORADORES

Para agregar conhecimento e promover troca de experiências, o Sicoob Centro-Sul se uniu a parceiros e realizou intercooperação além de outras atividades como cursos, capacitações, formações e eventos coordenados pela equipe de Gestão de Pessoas juntamente com Suporte Organizacional.

“Essas ações fazem parte do planejamento estratégico da cooperativa, que visa valorização e capacitação dos colaboradores. Por isso, o trabalho de cooperação significa a união de forças para o benefício de toda uma coletividade”, destaca a colaboradora Debora Cristina, que possui mais de treze anos de atuação na Cooperativa.



Mensagem Final

Vivemos em 2022 um ano de retomada, apesar de algumas incertezas impostas pela Covid-19 e por um cenário político-econômico bastante turbulento. Diante disso, o crescimento significativo dos principais indicadores mostra que nossa solidez e resiliência foram capazes de superar as adversidades e fortalecer a confiança das pessoas e do mercado.

As conquistas foram inúmeras. Pudemos retornar, aos poucos, ao clima de normalidade nas nossas atividades presenciais, principalmente a partir do segundo semestre, quando foi possível dar um tempo no uso das máscaras e aquele abraço ou aperto de mãos há tempos aguardado.

Os resultados expressivos foram construídos a várias mãos, principalmente pela confiança de cada cooperado. Em 2023, vamos caminhar firmes nas rotas definidas por nossos princípios, propósitos e valores para que as conquistas frutifiquem, sempre, como melhorias para nossa Cooperativa, nossos cooperados e toda a comunidade que nos cerca. Enfim, trabalharemos incansavelmente e conquistaremos muito!

Aos cooperados e cooperadas, o nosso respeito e a nossa gratidão, além da certeza que elevaremos, juntos, o nome do Sicoob Centro-Sul!

..... Diretoria Executiva



SICOOB CENTRO-SUL

Vem ser digital!



Baixe o
App Siccoob



DISPONÍVEL NO
Google Play



Disponível na
App Store

www.siccoobcentrosul.com.br

somos
coop»

Taxas especiais em **LCA e LCI** pra você!

*Isenção de IR para Pessoa Física.



Taxas promocionais válidas até 31 de janeiro.

 **SICOOB**
Centro-Sul

Procure a cooperativa e saiba
como investir.

Central de Relacionamento Centro-Sul
www.sicoobcentrosul.com.br

SAC 24h
0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob
Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala
Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento
sicoobcentrosul@sicoobcentrosul.com.br



[/centrosulsicoob](#)



[/sicoobcentrosul](#)

